

Hiperinflação alemã de 23 é tema da moda no Brasil de 89

MÔNICA MAGNAVITA

Responda rápido: qual o País que conjugou crescimento da produção industrial, queda da taxa de desemprego, déficit público alto e financiando via endividamento interno e aumento das exportações — tudo isso acompanhado por elevadas, e ascendentes, taxas de inflação (passando de 60% para mais de 1.000%) e desvalorização acentuada da moeda? Quem pensou no Brasil, errou. Trata-se da Alemanha da República de Weimar, ou seja, do período que antecedeu a hiperinflação.

Semelhanças à parte, e apesar do risco que o Brasil corre de entrar num processo parecido, o desfecho pode ser diferente, segundo um especialista no assunto: o professor Gustavo Franco, da UC carioca. A diferença básica é na magnitude destes indicadores:

Menos otimista, o ex-Ministro Octávio Gouveia de Bulhões escreve no prefácio do livro do italiano Bresciani-Turroni, "Economia da inflação — o fenômeno da hiperinflação alemã nos anos 20" que na obra "há indicações reveladoras de que o País vive em um ambiente hiperinflacionário". Segundo ele, tanto lá como no Governo perde receita entre o momento da arrecadação dos impos-

Indicadores econômicos do País

A recuperação da produção industrial coincidiu com um aumento da inflação e de uma queda na taxa de desemprego. Este cenário foi muito semelhante ao da Alemanha, em 1922.

	IGP	DESEMPREGO	INDÚSTRIA	SALDO COMERCIAL
Abri	5,17%	3,94%	-2,2%	US\$ 1,309
Junho	26,8	3,37%	3,35%	US\$ 2,205
Agosto	37,9%	3,17%	7,2%	US\$ 1,433

FONTE: pesquisa

tos e aquele em que o dinheiro chega efetivamente aos cofres públicos.

Para estes economistas (incluindo Paulo Guedes, do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, e Roberto Ramos, Vice-Presidente Financeiro da Montreal Engenharia) é nítida a relação entre a reativação da economia na Alemanha, aliada à resistência dos empresários locais a apoiar um plano de estabilização recessivo, e o que está ocorrendo no País neste momento. Os dois países enfrentaram um estrangulamento nas contas fiscais, em função da necessidade de remeter uma alta quantia do PIB para o exterior.

No caso da Alemanha, o motivo da remessa de 80% de suas exportações

(25% do PIB) foi a obrigatoriedade de reparar danos de guerra, pelo Tratado de Versalhes. O Brasil não passou por uma guerra, mas envia todo ano cerca de 4% de seu PIB aos credores externos, para pagar sua dívida. Lá, este ônus interrompeu a recuperação da economia, gerando o caos financeiro; aqui, aliado à necessidade de gerar elevados superávits comerciais, é, para muitos economistas, motivo de desestabilização.

De 1921 até meados de 1923, a Alemanha teve uma inflação entre 40% e 60%. Neste período, declarou moratória, incapaz de arcar com o ônus criado pelo Tratado de Versalhes. Mas o desemprego cai baixíssimo,

com índices variando em torno de 2,8%, para no fim do processo chegar a 29%. Para Gustavo Franco, o pleno emprego naquele período foi um tanto duocito. Como havia poucas defesas contra a inflação, a saída foi um aumento do consumo.

— Apesar de não haver desemprego, havia sempre filas nas portas das lojas — relata Franco. — Ironicamente, a hiperinflação alemã foi detonada pela indexação de uma moeda nova, que fez os preços explodirem na moeda antiga.

No Brasil, prossegue Franco, a proteção encontrada pelas indústrias foi formar estoques de matérias-primas e máquinas, já que os empresários não confiam nos ativos financeiros. Como as empresas encontram-se muito líquidas, as altas taxas de juros não bastam para evitar a estocagem. Se, neste cenário, o novo Governo adotar um plano de estabilização recessivo, o impacto sobre essas indústrias será acentuado. Terão que se desfazer dos estoques, mesmo sem demanda.

Ele acredita que a antecipação da posse do novo Presidente para janeiro seria o pior dos mundos. Pois o Presidente encontraria os preços nônicos, diante da expectativa de um quarto congelamento. Com a posse em março, ele teria tempo de articular um programa com empresários e trabalhadores.